

EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDAS NO BRASIL NO SÉCULO XXI

BEATRIZ LUNES LAPERA

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Irati, Paraná, Brasil

ALAYDE MARIA PINTO DIGIOVANNI

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Irati, Paraná, Brasil

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

RESUMO: Este artigo é fruto de uma pesquisa que consistiu em realizar uma análise documental das políticas brasileiras desenvolvidas no século XXI sobre gênero, sexualidade e educação sexual, que atingem a educação formal (Educação Básica, superior e continuada). Realizou-se um levantamento das políticas educacionais levando em consideração os mandatos presidenciais entre os anos 2001 e 2022. Os documentos foram analisados à luz da Psicologia Histórico-Cultural e do Materialismo Histórico-Dialético. Como resultado, sustenta-se que os governos seguiram ondas e padrões ideológicos próprios, apresentando variações significativas entre si, que, inicialmente, resultaram em avanço e, posteriormente, em retrocesso das políticas públicas de educação a respeito de gênero, sexualidade e educação sexual.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Gênero; Sexualidade; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A escola é um ambiente social público que fomenta a formação integral de um sujeito consciente em dimensões éticas, estéticas e políticas, formando cidadãos/ãs emancipados/as capazes de participar ativamente na construção e na análise crítica da sociedade (Nunes, 2006, *apud* Bona Júnior, 2011). Evidentemente, uma análise crítica da sociedade deve contemplar a discussão sobre a produção e reprodução dos preconceitos, a violação dos Direitos Humanos e o respeito à diversidade, seja em termos de crenças e valores, manifestações culturais ou comportamentos individuais. Logo, a discussão sobre gênero e sexualidade se mostra imprescindível para uma educação emancipatória.

De acordo com Bona Júnior (2011), uma educação emancipatória de sexualidade e, acrescentamos aqui de gênero, não diz respeito a impor uma definição à vivência sexual do sujeito, mas possibilitar o conhecimento acerca da diversidade sexual e de si mesma/o, a partir de um processo crítico de identificação e de questionamento dos estereótipos sexuais/de gênero.

Mafera (2012), por sua vez, assinala que as relações sexuais de cada indivíduo refletem as práticas, crenças e costumes sexuais da sua sociedade. Isso porque no processo de humanização e construção da sociedade, o ser humano desenvolve funções

psicológicas superiores para melhor domínio da natureza e de si mesmo, transformando instintos biológicos, como o sexual, conforme a produção cultural situada historicamente. Assim, a sexualidade se define por uma interdependência de aspectos biológicos, culturais e históricos, compondo o campo psíquico e tornando-se parte da personalidade humana.

Ao tratar da educação para as relações de gênero, Saffioti (2015) conceitua gênero como a produção social do masculino e do feminino. A autora sustenta que as categorias masculino e feminino são construídas a partir de normas, as quais, quando atreladas ao sistema de poder patriarcal, produzem um regime de desigualdade e dominação-exploração das mulheres pelos homens. Neste cenário, qualquer comportamento que fuja do padrão patriarcal é respondido com discriminação, e a rejeição social é utilizada como ferramenta que oprime e inflige dor e sofrimento a quem se desvia da norma, como homossexuais, transexuais, não binários, entre outros/as.

Com efeito, para romper com o ciclo de opressão e sofrimento das pessoas LGBTQIAPN+ e das mulheres, faz-se necessário construir políticas voltadas para a conscientização sobre gênero e sexualidade, em que o preconceito não tenha lugar. As políticas públicas, em especial as educativas, são instrumentos essenciais na intervenção das relações sociais, pois impactam no processo de subjetividade do indivíduo e, consequentemente, contribuem para a formação do próprio senso de identidade e de consciência social.

Considerando o impacto das políticas educacionais, a discriminação e o sofrimento que mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ são submetidas na sociedade brasileira, este artigo tem como objetivo analisar as políticas públicas educacionais do governo federal acerca de gênero, sexualidade e educação sexual, no início do século XXI, no âmbito da Educação Básica, do Ensino Superior e da formação continuada.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental acerca das políticas educacionais brasileiras sobre gênero, sexualidade e educação sexual produzidas a partir do ano 2001 até o dezembro de 2022, final do mandato de Jair Bolsonaro.

De acordo com Godoy (1995), a pesquisa documental é um estudo qualitativo que possibilita a investigação de “fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes.” (p.21). Tal método permite a análise crítica de documentos políticos considerando seus contextos históricos, econômicos e socioculturais. Como base documental para esta pesquisa, foram utilizados os sites oficiais do Ministério da Educação (MEC), Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania (MDH), Ministério das Mulheres, além de outros ministérios que tratam sobre a temática pesquisada, bem como o Catálogo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Foram pesquisadas políticas, documentos e eventos governamentais que tratam de gênero, sexualidade e educação sexual que direta ou indiretamente atingem discentes, docentes e pessoal de suporte nas instituições escolares.

Após a seleção e leitura dos documentos, tomou-se a decisão de organizá-los

em quadros, conforme os mandatos presidenciais, visto que os governos nitidamente acompanharam ondas e padrões ideológicos conforme seus interesses, apresentando variações significativas nos períodos de governo estudados. Dessa forma, a discussão dos resultados contempla os governos de Fernando Henrique Cardoso (2001-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018), Jair Bolsonaro (2019-2022).

Como aporte teórico, optou-se pela Psicologia Histórico-Cultural (PHC), tal abordagem possui como metodologia o Materialismo Histórico-Dialético e entende que a constituição do sujeito como um todo, incluindo sua consciência e senso de identidade, é influenciada pela cultura e tempo histórico no qual o sujeito se encontra (Aita; Tuleski, 2017). Portanto, a escolha da PHC se dá em vista de que não é possível ignorar a cultura e o social ao discutir identidade de gênero e sexualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

A seguir, apresentaremos cronologicamente as políticas, relatórios, acordos, eventos e demais documentos de cada governante, acerca das temáticas de gênero, sexualidade e educação.

Governo FHC

Quadro 1- Políticas educacionais de gênero, sexualidade e educação sexual no governo FHC

| Título | Ano | Tipo de Documento | Orgão(s) Vinculado(s) | Nível de Ensino |
|--|------------|--------------------------|------------------------------|------------------------|
| Lei nº 10.172: Aprova o Plano Nacional de Educação | 2001 | Política | Presidência da República | Educação |

Fonte: Autoras, 2024.

Em decorrência do recorte temporal desta pesquisa, analisamos os últimos anos do governo FHC. Destacamos que a sociedade brasileira iniciou o século XXI com um novo Plano Nacional de Educação (PNE), com estratégias e metas para a primeira década com vistas a uma educação pública e democrática. Resultado de uma longa e constante pressão de movimentos sociais desde o processo de redemocratização política na década de 1980, o PNE de 2001 teve como objetivos o aumento geral do nível de escolaridade da população, a melhora da qualidade de ensino, a redução de desigualdades sociais e regionais no que toca o acesso e permanência à educação pública, e a democratização da gestão do ensino público (Brasil, 2001). Ainda que milhares de pessoas tenham se mobilizado pelas causas que conectam educação, gênero e sexualidade, o plano de 2001 apenas refere-se brevemente às temáticas.

No que tange à temática de gênero, propôs-se em 2001: avaliação de livros didáticos que abordem questões de gênero, inclusão da temática nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de profissionais de educação e inclusão de um recorte de gênero nos levantamentos de dados do Censo Escolar e do Exame Nacional de Cursos. Já no que concerne ao tema de sexualidade, há apenas uma menção ao longo de todo o plano: a implementação nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de

docentes sobre assuntos relacionados às “problemáticas tratadas nos temas transversais”, dentre elas a educação sexual (Brasil, 2001).

O campo de educação de gênero e sexualidade conquista maior espaço nos governos seguintes ao de FHC. Aprofundando discussões para realizar interseções com dimensões sociais como raça, classe social, violência e diversidade.

Governo Lula

Quadro 2 - Políticas educacionais de gênero, sexualidade e educação sexual no governo Lula (2003-2011)

| Título | Ano | Tipo de Documento | Orgão(s) Vinculado(s) | Nível de Ensino |
|--|------|-------------------|---|--|
| Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres | 2003 | Política | Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres | Educação |
| I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres | 2004 | Relatório | Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres | Educação |
| Plano Nacional de Políticas para as Mulheres | 2004 | Acordo Federativo | Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres | Educação |
| Programa “Brasil Sem Homofobia” (BSH) | 2004 | Política | Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Combate à Discriminação | Educação Básica, Superior e Continuada |
| Programa Mulher e Ciência | 2005 | Política | Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Educação | Educação Continuada |
| Seminário internacional Formação de Educadores e Educadoras em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais | 2005 | - | Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação | Educação Continuada |
| I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais | 2007 | Texto-Base | Secretaria Especial dos Direitos Humanos | Educação |

Continua...

LAPERA, B. I.; DIGIOVANNI, A. M. P.

| | | | | |
|---|------|-------------------|--|----------------------------|
| Caderno Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos | 2007 | Caderno | Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação | Educação Continuada |
| Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes - 1ª edição | 2007 | Livro | Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão | Educação Continuada |
| Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres | 2007 | Acordo Federativo | Secretaria de Políticas para as Mulheres; Presidência da República | |
| II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres | 2007 | - | Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres | Educação |
| II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres | 2008 | Acordo Federativo | Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Secretaria Especial de políticas para as Mulheres | Educação |
| Conferência Nacional da Educação Básica (CONEB) | 2008 | Relatório | Ministério da Educação | Educação Básica |
| Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes - 2ª edição | 2008 | Livro | Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Ministério da Educação | Educação Básica |
| I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT | 2009 | Acordo Federativo | Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos | Educação Básica e Superior |
| Pesquisa Diversidade na Escola | 2009 | Relatório | Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação | Educação Básica |
| Rede de Educação para a Diversidade | 2009 | Edital | Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação a Distância | Educação Continuada |

Continua...

| | | | | |
|--|-----------|-----------|--|---------------------|
| Formação de profissionais da educação básica para a educação em direitos humanos e diversidade | 2009 | Edital | Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão | Educação Continuada |
| Conferência Nacional da Educação (CONAE) | 2010 | Relatório | Ministério da Educação | Educação |
| Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica | 2010-2016 | Política | Ministério da Educação | Educação Continuada |

Fonte: Autoras, 2024.

Arrisca-se dizer que é no governo Lula que a luta LGBTQIAPN+ e feminista ganha visibilidade direta na educação, pois, pela primeira vez, esses grupos conquistam leis, conferências nacionais e programas direcionados a eles, superando meras citações periféricas em planos governamentais.

Uma grande conquista da militância LGBTQIAPN+, e resultado de suas ações de protesto e pressão, foi o programa “Brasil sem homofobia”. A escolha do termo “homofobia” ao invés de LGTBfobia, termo que engloba a diversidade do movimento, remonta ao período histórico da invisibilidade da pluralidade do grupo.

O aumento de ONGs e movimentos plurais LGTBs em diversos espaços (grupos setoriais partidários, informais, religiosos, universitários, etc.) se dá com força nas décadas de 1990 e 2000, quando outras identidades, como lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais ganham força e estabelecem suas agendas. Nos anos 2000, em especial, nota-se o aumento da visibilidade na sociedade e na mídia através das Paradas do Orgulho LGBT (Pereira, 2016). Além disso, houve uma crescente articulação das militâncias com o Poder Executivo Federal na construção de políticas de Direitos Humanos LGBTQIAPN+ e de igualdade de gênero. No que diz respeito à educação, o governo Lula implanta políticas de gênero e sexualidade nas esferas de ensino básico, superior e continuado. No geral, o caráter das políticas se fundamenta na inclusão e na diversidade, além da implantação de discussão e combate à violência sexual e de gênero.

A Conferência Nacional de Educação Básica de 2008 exemplifica o que estava sendo discutido e proposto neste período de governo. Dentre os cinco eixos centrais do evento, “Inclusão e Diversidade na Educação Básica” foi um deles, e teve como subtópico medidas políticas para promoção de reconhecimento de diversidade de gênero, identidades de gênero e orientação sexual, além da garantia de materiais didático-pedagógicos não discriminatórios e inserção de estudos de gênero e diversidade sexual nas grades curriculares das licenciaturas e nos programas de educação continuada para professores do ensino básico. As políticas que se sucederam se mostraram alinhadas à conferência: no intervalo de um ano após evento, o governo publicou produções como a segunda edição do livro “Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes” e o relatório final da Pesquisa “Diversidade na Escola”, além de ter aprovado e investido em 16 projetos de educação continuada para profissionais da educação básica sobre gênero e sexualidade.

O relatório da Conferência Nacional de Educação de 2010 inicia assumindo que as desigualdades sociais, incluindo gênero e diversidade sexual, são problemáticas e devem ser superadas com urgência. Como metas e deveres do Sistema Nacional da Educação, destacam-se: promoção de debate e combate as desigualdades de gênero e sexualidade nas escolas; medidas de acesso e permanência na escola adequados à diversidade de gênero; implementação de programas de formação inicial e continuada, de extensão e de pós-graduação que contemplem gênero, diversidade sexual e orientação sexual para todas as profissões das áreas de saúde, educação, serviço social, esporte e lazer; investimento em linhas de pesquisas nos cursos de pós-graduação que estudem gênero e orientação sexual; aprimoramento de livros didáticos; levantamentos de dados e censos escolares sobre evasão escolar causada por homofobia, sexismo e outras formas de discriminação.

Na primeira década dos anos 2000 ampliou-se expressivamente a discussão da igualdade de gênero e sexualidade, contando com os dois primeiros Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (frutos das duas primeiras Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres) e do primeiro Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, fruto da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais¹. Todavia, as mudanças em termos práticos ficaram aquém do plano das legislações, deixando grandes promessas para a sucessora de Lula, Dilma Rousseff.

Governo Dilma

Quadro 3- Políticas educacionais de gênero, sexualidade e educação sexual no governo Dilma

| Título | Ano | Tipo de Documento | Orgão(s) Vinculado(s) | Nível de Ensino |
|--|------------|--------------------------|--|--------------------------------|
| II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT | 2011 | Texto-Base | Secretaria dos Direitos Humanos; Secretaria de Promoção dos Direitos Humanos | Educação |
| Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais | 2011 | Política | Ministério da Saúde | Educação Permanente/Continuada |
| III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres | 2011 | Resoluções | Conselho Nacional dos Direitos da Mulher-CNDM | Educação |
| Lei nº 13.005: Aprova o Plano Nacional de Educação | 2014 | Política | Presidência da República | Educação |
| II Conferência Nacional de Educação (CONAE) | 2014 | Relatório | Ministério da Educação | Educação |

Continua...

| | | | | |
|---|------|--------------|--|------------------------------|
| Programa Maria da Penha vai à Escola | 2015 | Política | Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos | Educação Básica e Permanente |
| Nota Técnica nº 24/2015 do Ministério da Educação | 2015 | Nota Técnica | Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; | Educação Continuada |
| IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres | 2016 | Relatório | Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres | Educação |
| III Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais | 2016 | Relatório | Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos da população LGBT (CNCD/LGBT) | Educação |

Fonte: Autoras, 2024.

A década de 2010 se inicia com o Brasil tendo Dilma Rousseff como a primeira mulher presidente na história do país e com a participação de ativistas LGBTQIAPN+ no Estado. A responsabilização estatal na formulação e execução de políticas públicas substitui o papel que as ONG's realizavam na tentativa de sanar preconceitos e violações de direitos. Observa-se uma mudança no foco das políticas estatais para com esses grupos, superando principalmente a pauta de saúde (como a prevenção e combate à DSTs/ISTs) e tocando temáticas como direitos humanos, cidadania, violência, educação e cultura. (Pereira, 2016)

Os movimentos descentralizam-se das capitais, adentram o interior do país e a região Nordeste, alcançando uma população periférica através de eventos em municípios de portes populacionais variados. Na esfera acadêmica, ampliam-se grupos "LGBT's" universitários e linhas de pesquisa de matriz pós-estruturalista, como as teorias Queer e Pós-Coloniais. (Pereira, 2016)

Contudo, ainda que o governo Dilma tenha conquistado tais avanços, ocorreram algumas rupturas internas no Estado. Há a inserção de outras lutas para além do movimento gay que também ganham visibilidade, mas, paradoxalmente, são justamente essas ramificações que enfraquecem o movimento enquanto unidade e geram tensões e disputas entre ativistas e movimentos. Ademais, os setores religiosos conservadores de oposição se organizam e crescem tanto no executivo como no legislativo. Havendo uma ampliação nas esferas representativas municipais, estaduais e federal, com a eleição massiva de partidos conservadores, fortalecendo a bancada evangélica (Pereira, 2016).

Alguns resultados desse movimento conservador foram os projetos políticos anti-LGBTQIAPN+, como os famosos projetos de "cura gay" e "heterofobia", e o veto de projetos educacionais e de conscientização das pautas de gênero e sexualidade, como foi o caso do projeto "Escola sem Homofobia", elaborado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação (MEC), que

não chegou a ser implantado devido a uma forte oposição parlamentar e uma propaganda preconceituosa que apelidou o projeto de “Kit gay”.

Os ataques ao governo Dilma foram recorrentes ao longo de toda a sua duração. Sem apoio ou poder político, o governo Dilma foi alvo de muita pressão e um possível efeito disso foi o Plano Nacional de Educação ter sido pouco promissor para as pautas de gênero e sexualidade. O documento cita superficialmente o estímulo à participação das mulheres nos cursos de pós-graduação *strictu sensu* e a garantia de políticas de combate à violência na escola (capacitação de educadores para a detecção de sinais/causa de violência), dentre elas, a violência doméstica e sexual.

A segunda Conferência Nacional de Educação (CONAE), porém, abordou diretamente as temáticas. Dentre seus 7 eixos temáticos, destaca-se o Eixo II “Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos”, com 97 proposições e estratégias que delimitam diversas medidas a serem tomadas em níveis federal, estadual e municipal. Tratando-se de gênero e sexualidade, as propostas englobam a garantia de recursos e implementação de políticas de valorização (e superação de desigualdades) de gênero, da diversidade sexual e da identidade de gênero.

A eleição da primeira “presidenta” do Brasil, como se autodenominava Dilma em um posicionamento de destaque ao gênero feminino, teve fortes reverberações entre as camadas conservadoras brasileiras. Em um plano de fortalecimento e restabelecimento de ideais religiosos tradicionais, efetuou-se um golpe de Estado que a depôs. Ainda que os embates políticos para a tomada do poder fossem fruto de diversos interesses políticos do movimento de direita brasileiro, não se deve ignorar que o gênero da presidente também foi um fator propulsor para o início do processo de *impeachment* de Dilma.

Nesse período, a mídia brasileira teve um papel divisor para a construção de uma imagem de rejeição à presidenta. Nos anos que antecederam o golpe, manchetes de jornais, sites, reportagens, charges e outras produções de veículos de notícias e informações reproduziram visões negativas, sexistas e misóginas da governanta, fazendo apologia ao estupro e prostituição, como também reforçando estereótipos de gênero, como “loucura”, “fragilidade”, “emoção” e “desequilíbrio”. Os ataques se resumiam muitas vezes à sua aparência e sexualidade, descredibilizando a capacidade da presidenta em comandar um cargo político (Lemos, 2017). Assim, em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff foi afastada definitivamente do cargo de presidência do Brasil, sendo substituída pelo vice-presidente Michel Temer.

Governo Temer**Quadro 4-** Políticas educacionais de gênero, sexualidade e educação sexual no governo Temer

| Título | Ano | Tipo de Documento | Orgão(s) Vinculado(s) | Nível de Ensino |
|--|------------|--------------------------|--|----------------------------|
| Formação de profissionais da Educação Básica para a educação em Direitos Humanos e Diversidade | 2017 | Edital | Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão | Educação Continuada |
| Programa de Educação em Direitos Humanos e Diversidades | 2017-2020 | Edital | Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão | Educação Continuada |
| Resolução n°1/2018: Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares | 2018 | Resolução | Ministério da Educação | Educação Básica |
| Programa Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação | 2018 | Política | Secretaria Nacional de políticas para Mulheres; Secretaria de Educação Básica; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações | Educação Básica e Superior |
| III Conferência Nacional de Educação (CONAE) | 2018 | Relatório | Ministério da Educação | Educação |

Fonte: Autoras, 2024.

O governo interino de Michel Temer durou cerca de dois anos e teve como objetivo completar o tempo restante do segundo mandato de Dilma depois da cassação de seu cargo. O golpe repercutiu de distintas maneiras entre as camadas da educação e Direitos Humanos, despertando posicionamentos de oposição. Foi o caso do grupo organizador das Conferências Nacionais de Educação (CONAE's)². Mesmo em meio de tais movimentações a III CONAE foi realizada em 2018 e contou com 8 eixos temáticos. Destacando que as pautas de gênero e sexualidade se situam nos eixos II, IV, V e VI.

No Eixo II "Planos decenais e o SNE: Qualidade, avaliação e regulação das políticas educacionais", destaca-se a garantia de acesso e condições de permanência adequados à diversidade de gênero, além da articulação da grade curricular com temáticas de combate ao sexismo e homofobia, e a promoção de debates e diversidade de gênero e orientação sexual.

No Eixo IV "Planos decenais, SNE e a Democratização da educação: Acesso, Permanência e gestão", cita-se o enfrentamento da desigualdade de gênero como passo para a democratização e garantia da educação como direito universal.

No Eixo V "Planos decenais, SNE e Educação e Diversidade: Democratização,

Direitos Humanos, justiça social e inclusão”, pontuam-se: 1) a promoção dentro das escolas, como parte do currículo, do fortalecimento e a valorização das identidades de gênero; 2) Implementação de ações, pesquisa, desenvolvimento e materiais pedagógicos que promovam diversidade e práticas pedagógicas adequadas a educação para as relações de gênero; 3) Garantia do direito ao uso do nome social o ambiente escolar e a devida adequação aos ambientes com separação de gênero; e 4) Relação dos planos estaduais, municipais e distrital de Educação à diversidade, às questões de gênero.

No Eixo VI “Planos Decenais, SNE e Políticas Intersetoriais de Desenvolvimento e Educação: Cultura, Desporto, Ciência, Trabalho, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Inovação”, salienta-se: 1) Disponibilização de recursos para ações que efetivem o direito à diversidade, justiça social, inclusão e respeito aos direitos humanos considerando, entre outros o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros; 2) Articulações com o Sistema Único de Saúde (SUS), para promoção, atenção e educação em saúde, visando à saúde integral dos estudantes e profissionais da educação, incluindo aqui a educação sexual.

Por fim, outro ponto do governo Temer é a Resolução n.º 1/2018 que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares.

Governo Bolsonaro

Quadro 5- Políticas educacionais de gênero, sexualidade e educação sexual no governo Bolsonaro

| Título | Ano | Tipo de Documento | Orgão(s) Vinculado(s) | Nível de Ensino |
|--|------------|--------------------------|---|--------------------------------|
| Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos (PNEC-DH), no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos | 2021 | Política | Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos | Educação Continuada |
| Decreto nº 10.906: Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio. | 2021-2023 | Decreto/Plano | Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos | Educação e Educação Continuada |
| IV Conferência Nacional de Educação (CONAE) | 2022 | Regimento interno | Ministério da Educação | Educação |

Fonte: Autoras, 2024.

Resultado de uma eclosão de ideais conservadores, Jair Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil em 2019. Observa-se que dentre os mandatos presidenciais do século XXI, o de Bolsonaro foi um dos que menos tiveram políticas voltadas para a temática gênero e sexualidade. O pequeno número de medidas políticas acerca dessas temáticas condizem com um posicionamento preconceituoso e retrógrado na luta por direitos. Ao longo do mandato, Bolsonaro foi denunciado no Conselho de Direitos

Humanos da ONU por 54 ataques a jornalistas mulheres e fez comentários homofóbicos e sexistas em entrevistas e pronunciamentos, como insinuar que a comunidade LGBTQIAPN+ vai para o inferno, afirmar que refrigerante rosa é “boiolagem”, dizer que o medicamento ivermectina “mata bichas”, etc (Plastino; Sarmanho, 2020).

O governo de Bolsonaro não se resumiu a comentários preconceituosos, estendendo seus ataques à população de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ através de medidas políticas, como: extinção da Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), retirada do compromisso com a produção de materiais didáticos envolvendo as temáticas de não violência contra mulheres e contra diversidade étnica e cultural do país; campanhas antiaborto; declaração oficializando aliança internacional antiaborto; extinção de órgãos colegiados de gênero, diversidade e inclusão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; publicação de um decreto que exclui preocupação com turismo LGBTQIAPN+; veto de campanhas publicitárias que abordaram temáticas LGBTQIAPN+; anúncio de projeto de lei em combate à “ideologia de gênero”; retirada do Ministério da Educação do pacto universitário pela promoção de respeito à diversidade, cultura da paz e Direitos Humanos; ameaça de cortar verbas para produções com temática LGBTQIAPN+ na ANCINE; veto da distribuição gratuita de absorventes, entre outras coisas. (Plastino; Sarmanho, 2020)

Outro traço marcante do governo Bolsonaro é a falta de divulgação e/ou acesso a relatórios, censos e dados. Um exemplo disso é a IV Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em 2022. Sabe-se que a conferência foi intitulada “INCLUSÃO, EQUIDADE E QUALIDADE: compromisso com o futuro da educação brasileira”, todavia não foi possível acessar virtualmente um relatório ou documento final que descrevesse o que foi debatido no evento nacional. O texto que mais se aproximou da descrição do evento foi o documento feito pelo Fórum Nacional de Educação, que contém o regimento interno da conferência.

Mesmo gerando revolta em movimentos sociais e parcelas de minorias da população brasileira, Bolsonaro recebeu forte apoio da direita e de grupos religiosos. Seus posicionamentos prometiam uma retomada aos ideais cristãos e tradicionais.

No texto intitulado “*El opio religioso a la fe libertadora*” (1987), Baró disserta que a Igreja Católica é uma das instituições de maior peso social na vida das pessoas latino-americanas. Com a imposição da religião no começo das colonizações, a cultura da maioria dos países latino-americanos é fundamentada no catolicismo, ou seja, as pessoas interpretam suas realidades e orientam suas vidas a partir da moral cristã.

A Igreja Católica se configurou como uma ferramenta política poderosa e seu manuseio para o controle das massas pode ser identificado em diversos regimes políticos brasileiros, como a ditadura civil-militar e, mais recentemente, o governo de Bolsonaro. Martín-Baró nomeia esses movimentos político-religiosos como a “*religión del orden*”: Com discursos conservadores e alienantes, políticos se promovem em nome da palavra de Deus, combatendo desviantes da religião e prometendo um reordenamento social que reaproxime a nação dos valores cristãos. Para isso, cria-se um plano divino de salvação e são forjados inimigos que ameaçam tal plano. No mandato de Bolsonaro, a comunidade LGBTQIAPN+ volta a sofrer ataques diretos do governo,

sendo perseguida fortemente pelos eleitores do ex-presidente por não se enquadrarem nos ideais religiosos, no âmbito de gênero, reforça-se um papel conservador, doméstico e submisso sobre as mulheres.

Comparativo de governos

Quadro 6- Comparativo de governos

| Governo | Síntese |
|-----------|---|
| FHC | Mesmo sob muita pressão popular, governo cita superficialmente a temática gênero na PNE de 2001 |
| Lula | Movimentos ganham visibilidade na mídia e articulações com governo na criação de políticas interseccionais de educação sexual e de gênero. |
| Dilma | Responsabilização estatal pelas pautas. Todavia, movimentos começam a enfraquecer e o setor de oposição se fortalece. |
| Temer | Estagnação deste campo de políticas com descontinuação de alguns órgãos e cargos do governo importantes para a pauta. |
| Bolsonaro | Cenário de retrocesso com extinção de diversos órgãos, políticas/ posicionamentos presidenciais preconceituosos e falta de produção de dados importantes para o campo da educação de gênero e sexualidade |

Fonte: Autoras, 2024.

Ao analisar os governos, constata-se que cada mandato apresentou variações ideológicas variadas entre si que resultaram em um pequeno avanço inicial seguido de um retrocesso das políticas públicas de educação a respeito de gênero, sexualidade e educação sexual. No entanto, é importante destacar que os ataques à população LGBTQIAPN+ e às mulheres não se restringem a apenas um governo, uma vez que esses ideais preconceituosos perduram na sociedade brasileira desde a colonização. O que se observa ao longo dos governos do século XXI é um movimento de ondas de fortalecimento e enfraquecimento de tais ideais no decorrer dos anos. A disputa entre os candidatos Bolsonaro e Lula nas eleições de 2022 materializam um embate ideológico acerca de temáticas de direitos humanos, porém a derrota de Bolsonaro não representa o fim de crenças sexistas e LGBTQIAPN+fóbicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar as políticas públicas educacionais do governo federal acerca de gênero, sexualidade e educação sexual, no início do século XXI, no âmbito da Educação Básica, Ensino Superior e da formação continuada.

Discutimos que no governo de Fernando Henrique Cardoso, sob pressão de movimentos sociais, foi criado o Plano Nacional de Educação em 2001, que, mesmo estabelecendo um panorama para o alcance do acesso e permanência a uma educação pública e democrática para todos/as/es, citou timidamente a temática de gênero.

Já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, as lutas alcançam visibilidade no campo da educação, conquistando leis, programas e eventos de alcance nacional. A primeira década dos anos 2000 é marcada por uma abrangência dos movimentos na mídia e na sociedade, além de uma articulação notória entre as militâncias e o governo federal na construção de políticas de direitos humanos de igualdade, resultando em

políticas educacionais de gênero e sexualidade nos âmbitos de ensino básico, superior e continuado de caráter interseccional. A educação sexual e de gênero adentra as escolas vinculada às dimensões de inclusão, diversidade, raça, classe social e combate à violência.

No governo de Dilma Rousseff conquista-se a participação de ativistas dos movimentos no Estado. Todavia, o crescimento dos movimentos de gênero e sexualidade resultou em ramificações e, conseqüentemente, enfraquecimentos e rupturas dos movimentos, gerando tensões e disputas. Somado a isso, há uma reorganização dos setores de oposição e um crescimento de representantes políticos conservadores, resultando em diversos projetos políticos anti-LGBTQIAPN+ e anti-feministas. Além disso, a governanta foi desacreditada por discursos sexistas e misóginos que escancararam o machismo estrutural do país.

Após o golpe, no governo Temer, a bancada conservadora se fortalece, ministérios e órgãos públicos são desfeitos, representantes de cargos da educação são retirados ou se retiram em um manifesto de oposição ao governo. O cenário das políticas educacionais de gênero e sexualidade parece estagnar.

O governo Bolsonaro reduz drasticamente as políticas voltadas para as temáticas de gênero e sexualidade. Configura-se a partir de um posicionamento abertamente preconceituoso e retrógrado na luta pelos Direitos Humanos, extinguindo órgãos públicos e projetos políticos. Os ataques machistas e LGBTQIAPN+fóbicos são frequentes nas falas do presidente e ministros. Além disso, o governo de Bolsonaro é marcado pela falta de produção, divulgação e acesso a relatórios, censos e dados gerais do país.

Neste início de século, entre avanços e recuos, o debate sobre gênero e sexualidade nos documentos oficiais do governo federal foi conduzido conforme os interesses políticos e ideológicos dos grupos que ocuparam a presidência da república. Considerando que o tema abordado se refere à concretização dos Direitos Humanos, não deveria ser ponto de negligência ou de barganha política. Pelo contrário, deveria ser uma pauta permanente e suprapartidária da política de Estado. Afinal, os direitos e a vida de mulheres e de pessoas LGBTQIAPN+ são inalienáveis, não sendo passíveis de negociação ou de omissão política. Logo, a despeito de avanços e de recuos nos documentos oficiais do governo federal, as políticas educacionais sobre gênero e sexualidade estão muito aquém das exigências que a realidade material impõe.

Artigo recebido em: 05/05/2025

Aprovado para publicação em: 07/10/2025

EDUCATION, GENDER AND SEXUALITY: AN ANALYSIS OF EDUCATIONAL POLICIES DEVELOPED IN BRAZIL IN THE 21ST CENTURY

ABSTRACT: This article is the result of research that consisted of carrying out a documentary analysis of Brazilian policies developed in the 21st century on gender, sexuality and sexual

LAPERA, B. I.; DIGIOVANNI, A. M. P.

education, which affect formal education (basic, higher and continuing education). A survey of educational policies was carried out taking into account presidential mandates between 2001 and 2022. The documents were analyzed in light of Historical-Cultural Psychology, Historical-Dialectical Materialism, and Liberation Psychology. As a result, it is stated that governments followed their own ideological waves and patterns, presenting significant variations among themselves, which initially resulted in advancement and, later, in regression of public education policies regarding gender, sexuality and sexual education.

KEYWORDS: Educacion; Gender; Sexuality; Public Policies.

EDUCACIÓN, GÉNERO Y SEXUALIDAD: UN ANÁLISIS DE LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS DESARROLLADAS EN BRASIL EN EL SIGLO XXI.

RESUMEN: Este trabajo es resultado de una investigación que consistió en realizar un análisis documental de las políticas brasileñas desarrolladas en el siglo XXI sobre género, sexualidad y educación sexual, que afectan a la educación formal (educación básica, superior y continua). Se realizó un relevamiento de las políticas educativas teniendo en cuenta los mandatos presidenciales entre los años 2001 y 2022. Los documentos fueron analizados a la luz de la Psicología Histórico-Cultural, el Materialismo Histórico-Dialéctico y la Psicología de la Liberación. Como resultado, se afirma que los gobiernos siguieron sus propias ondas y patrones ideológicos, presentando variaciones significativas entre ellos, lo que resultó inicialmente en avances y, posteriormente, en retrocesos de las políticas públicas de educación en materia de género, sexualidad y educación sexual.

PALABRAS CLAVE: Educación; Género; Sexualidad; Políticas Públicas.

NOTAS

- 1- As conferências que se sucedem sofrem alterações de título devido à aproximação com o campo dos Direitos Humanos e com a modificação/ampliação da sigla até então GLBT.
- 2- Em uma manifestação pública contra o golpe, contra a desconstrução do calendário da Conferência Nacional de Educação de 2018 e contra a desfiguração do Fórum Nacional de Educação, representantes da CONAE se retiram da organização do evento e criam o Fórum Nacional Popular da Educação (CONAP), realizando as Conferências Nacionais Populares de Educação (CONAPes) paralelas às CONAES, num posicionamento em prol da democracia e da educação transformadora. (Fórum Nacional Popular de Educação, 2017).

REFERÊNCIAS

AITA, E. B.; TULESKI, S. C.. O desenvolvimento da consciência e das funções psicológicas superiores sob a luz da Psicologia Histórico-Cultural. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 4, n. 7, p. 97-111, 16 jul. 2017.

BRASIL. **Decreto Nº 2.193, de 7 de abril de 1997**. Dispõe sobre o remanejamento dos cargos em comissão que menciona e altera dispositivos do Decreto nº 1.796, e 24 de janeiro de 1996, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça. Brasília: Casa Civil, 1997.

_____. **Decreto Nº 9.883, de 27 de junho de 2019.** Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasília; Secretaria-Geral, 2019a.

_____. **Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996.** Institui o programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Brasília: Casa Civil, 1996.

_____. **Decreto nº 4.229, de 13 de maio de 2002.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, instituído pelo Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2002.

_____. **Decreto nº 10.554, de 26 de novembro de 2020.** Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. Brasília: Secretaria-Geral, 2020.

_____. **Decreto nº 3.637, de 20 de outubro de 2000.** Institui a Rede nacional de Direitos Humanos. Brasília: Secretaria-Geral, 2000.

_____. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.** Aprova o programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2009.

_____. **Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD. Brasília: Casa Civil, 2010.

_____. **Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, Casa Civil, 2001.

_____. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Decreto transfere Secretaria de Política para Mulheres para o Ministério dos Direitos Humanos.** Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2018.

_____. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Nilma Lino Gomes é indicada como titular do ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.** Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2015.

_____. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM.** Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2004.

_____. Senado Federal. **Medida Provisória confirma estrutura de governo de Jair Bolsonaro.** Sítio eletrônico, 2019b.

BONA JUNIOR, A.. A ontologia de Lukács e a sexualidade em perspectiva emancipatória. **Filosofia e Educação**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 18–43, 2011.

FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO (FNPE). Convocatória para construção da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE 2018). Brasília, 2017.

GODOY, A. S.. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995.

LAPERA, B. I.; DIGIOVANNI, A. M. P.

LEMOS, B. M.. **Misoginia, feminismo e representações sociais: o processo de impeachment de Dilma Rousseff na imprensa brasileira (2010-2016)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MAFRA, A. C. P. do A.. **Sexualidade humana em sua trajetória do biológico ao social: buscando uma compreensão a partir da psicologia histórico-cultural**. Tese (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, p. 230. 2012.

MARTÍN-BARÓ, I.. Del opio religioso a la fe libertadora. **Psicología política latinoamericana**, p. 229-268, 1987.

PEREIRA, C. F.. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 1, p. 115-137, 2016.

PLASTINO, L.; SARMANHO, N.. Discursos e Políticas Contra Minorias de Gênero e Sexualidade. **Agenda de Emergência**, 2020.

SAFFIOTI, H. I. B.. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2. ed., 2015.

BEATRIZ IUNES LAPERA: Especialista em Psicologia da Saúde pelo Instituto FACUMINAS. Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) - Campus Irati. Desde 2023, integra o grupo de pesquisa " Psicologia e Educação na perspectiva Histórico-Cultural", onde realizou uma Iniciação Científica na linha de pesquisa "Identidade, Racismo e Gênero".

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0214-0424>

E-mail: beatriziuneslapera@gmail.com

ALAYDE MARIA PINTO DIGIOVANNI: Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO/Irati e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo PROLAM/USP. Membro do GT da ANPEPP - Psicologia e Políticas Educacionais, do GT da ANPED - Psicologia e Educação, do GT da AHILA -Trabajo intelectual, pensamiento y modernidad en América Latina, siglos XIX-XX – TIPMAL, coordenadora do Laboratório Interinstitucional de Psicologia Escolar e Políticas Públicas - LIPEPP/UNICENTRO e líder do Grupo de Pesquisa CNPQ - Psicologia e Educação na Perspectiva Histórico-Cultural

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6852-9857>

E-mail: alayde@unicentro.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).